**O racismo científico no Brasil, em meados século XIX.**

 Andreza Jucelly Severina da Silva.[[1]](#footnote-1)\*

 **Resumo**: O racismo científico chegou no Brasil, em meados do século XIX, precisamente em 1870, a margem da perspectiva do desmantelamento escravista, com a lei do ventre livre em 1871, o movimento abolicionista, como também a revolta da vacina.

 O estudo positivista, e o modelo evolucionista de Charles Darwin sobre as espécies ganhou muita visibilidade no Brasil, apesar destas teorias estarem começando a ser desacreditadas na Europa, porém, as elites Brasileiras que estudavam em instituições como, a faculdade de direito do recife, e o Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, visavam a construção de uma constituição pós 1888.

 No Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, se abordava um discurso mais nacionalista, porém, quando se tratava em miscigenação, olhava a sociedade brasileira de formação degradada, Poligênica, e de múltiplas genéticas. Daí a importância do estudo da Frenologico, que detectava as raízes cranianas de determinadas etnias, pós, segundo a perspectiva do mito camítico, os descendente de Cam são inferiores.

 Na épocas das grandes navegações, Cristóvão Colombo, percebeu quando chegou na Jamaica, em cinco de maio de mil quatrocentos e sessenta e quatro as diferenças sociais, e logo as comparou com o homem africano, visto que, ambos teriam a capacidade racional pequena e estrutura física semelhantes.

 A partir da análise do livro: O espetáculos das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil entre 1870 a 1930, da professora e antropóloga da Universidade de São Paulo: Lilia Moritz Shwarcz, será ressaltado a comarca do recife exemplificando também a questão da Eugenia nos estudos psicológicos de Galton.

**Palavras chaves**: Racismo, sociedade, e história.

**1- Introdução**

 Como era a aparência mentalística no Brasil em meados século XIX, sabendo das suas premissas pós-abolição da escravatura?. Será uno, como é ensinado na bíblia, na passagem do velho testamento: gênesis. E como se encontrava a política públicas para a sociedade “mestiça” e livre?. São perguntas importantes para se pensar no cenário da primeira República brasileira.

 O objetivo deste artigo é explanar sobre o desenvolvimento das teorias positivistas e evolucionistas aplicadas no meio social, em 1870, especulando os patamares antropológicos, históricos e sociais destes, para compreender o pensamento e a forma de agrupar os indivíduos numa política de segregação racial.

 É importante Frisar as influências do iluminismo na questão de liberdade, igualdade e fraternidade para formação de uma nação, porém, é importante ressaltar a discernir entre o pensamento da época, porque, na Europa as mentalidades positivistas sobre a sociedade estava começando a ser desacreditadas. Contrapartida, no Brasil, esse pensamento assumia novas roupagens, principalmente nas instituições privadas: na Faculdade de Direito do Recife, anteriormente sua sede estava localizada em Olinda, e no Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco.

 Nestes espaços de saber científico, delineava-se a verossímil possibilidade de formar uma civilização ariana na sociedade brasileira, ressaltando que, isso significava a exclusão dos afro- brasileiros e indígenas.

 Para a Faculdade de Direito do Recife, composta por membros da elite urbana, predominava o pensamento social-darwinista. Estes pensadores deliberaram um sentimento retórico de princípios liberais e científico evolucionistas, como, um palimpsesto de suas análises sociais. Acentuando que tais doutrinas chegaram no Brasil, por volta da década de 70, vinculada ao jogo político, para justificar as discrepâncias da população brasileira, que do ponto de vista de Lilia Schwarcz, é chamado de um “ imperialismo interno que exalta o atraso”, a “diferença” a “degeneração”, a “desigualdade” no século XIX.

 Relacionada a influência do iluminismo, onde a razão e o pensamento científico explicava o meio social, os termos“ perfectismo e civilização”, estava ligado a esdrúxula noção do debate da filogênese e ontogênese, afirmando e delineiam a estrutura da aventura do espetáculo da miscigenação fatal e doente. A partir disso, criou-se a noção de um negro preguiçoso, malandro, vagabundo, ébrio, de estrutura psique pequena, louco, criminoso, e desta maneira, o mesmo deveria ser excluido para evitar a poluição da elite brasileira.

 Também argumentava que os fumantes e consumidores de bebida alcoólica, tendiam a ter seus genes modificados, passando a genética degenerada para seus filhos, obliterando a noção de uma sociedade híbrida e em movimento.

“ *Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humana não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “ aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a humanidade era uma.*” (**Schwarcz, Lilia Moritz.** Pag 25.)

 A teoria racial buscava disseminar o pensamento da melhoria do gênero humano, físico como também psicológico. Neste ponto de vista, os teóricos da elite brasileira sempre citavam pensadores e textos de filósofos, poetas e novelistas da História intelectual, como, o filósofo iluminista Rousseau, com a idéia de “perfectismo” cultural, Charles Darwin e seu livro evolução das espécies, Francis Galton e seu estudo eugênico. Tais posicionamentos teóricos estão afirmados na analise dos estudos médicos, antropológicos, sociológicos e psicológicos.

**2- Aspectos psicológicos**

 A pauta principal dos ideólogos brasileiros, foi a melhoria da “ raça brasileira”, onde era abominado o casamento entre colonizadores e colonizados, homem branco e mulheres negras. Um exemplo maciço disto está no posicionamento do intelectual, Tristão de melo:

*“ Preocupamo-nos em ter burros e cavalos de boa raça porque sabemos que o bom procede do bom: entretanto o homem sadio não recusa desposa uma mulher doente se ela tiver dinheiro. E o dinheiro que abastarda a raça. Não há que admira se esta decai. Uma vez que o mal se cruza com o bom” (* ***Masiero, André Luis. 1918-1929. 2005.Pag 200)***

 Os pensadores citavam como referenciais os filosóficos e teóricos posteriores, como por exemplo, Rousseau, e Charles Darwin. Almejando a melhoria do gênero humano, através do olhar sobre um “perfectismo cultural”.

 A “ciência da melhoria” propriamente dita, ganha um arcabouço teorico a partir do estudo psicológico datados de 1822 a 1911, do naturalista e antropólogo Inglês Francis Galton.

 Francis Galton, conhecido por ser o fundador da “ ciência do melhoramento humano”, onde, buscava indivíduos adequados para a sociedade, porém, em casos de incompatibilidade genética de alguns indivíduos por doenças neuróticas, ou em casos de certos grupos pertencerem a outra etnia, estes passariam a ser excluídos do quadro de descendência reprodutiva. Galton chamou de Eugenia positiva para os grupos civilizados, e para os grupos inferiores de eugenia negativa, ao passo que, ele acreditava que a humanidade era dividida em capacidades intelectuais, onde, a população branca descenderia da mais inteligente.

 É importante destaca que, o estudo da eugenia objetivava o melhoramento da raça, excluindo os supérfluo da sociedade, os loucos, os criminosos, os ébrios de esquinas, os doentes mentais etc.

 A interpretação racista tem duas análises para a suposta degeneração das raças: “ 1- misturas de raças e culturas diferentes. 2- A mistura entre indivíduos portadores de boa qualidade genéticas com aqueles já “degenerados”..... independente da etnia biológica.

 A teoria racial de Galton, teve grande aceitação, entre o final do século XIX, e a primeira metade do século XX. Seus pensamentos foram sustentados por vários pensadores, atenuando para a construção da idéia da diferença de raças para a qualificação e hierarquização das mais evoluídas até as mais primitivas. A exemplo disto, o teórico e diplomata Francês Joseph Arthur Gobineau, que esteve no Brasil em Abril de 1869, e em maio de 1870, afirma: “ *acreditava que teria encontrado a comprovação de que a miscigenação racial levaria à degeneração”.* *Masiero, André Luis. 1918-1929. 2005.Pag 200*

 Do ponto de vista do conceito primitivista, a maioria da população brasileira descendente de índios e africanos, tinham um defeito mecânico, isto é, todo indivíduo que trabalhava com as mãos e que naturalmente eram escravos no Brasil Imperial. Também, a elite sustentava que, a partir do mito de camitico, todo descendente do filho de Noé Cam seriam escravizados e deveriam buscar a limpeza de suas almas através do trabalho. Só o trabalho traria a redenção, rejeitando toda herança africana, pois eram consideradas atrasadas e negativas.

*“As imagens negativas atribuídas à figura do negro, como o mito da “ vadiagem” da “preguiça” ou o mito da “mulata sensual” estão extremamente arraigadas às doutrinas raciais que penetram no cenário brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, sendo as mesmas selecionadas, redimensionadas e adaptadas por cientistas, médicos e antropólogos, num momento em que a busca pela identidade nacional construía-se como principal questão durante a Primeira República.” (* ***Cristina de Oliveira, Lidiany.2005. Pag 6.)***

 Segundo a tese de Lidiany, o pensador Herbert Spencer ( 1820 – 1903), é considerado o fundador do racismo científico, pois, para ele as heranças físicas constituía os indicadores para diferenciação dos grupos sociais, significando numa formação de uma hierarquização natural entre os povos.

 O conceito de “inferioridade e superioridade”, como também de “desenvolvimento e progresso”, está relacionada ao pensamento Galton, além de afirmar os pressupostos da construção científica do melhoramento da raça humana, porém, também desemboca na chave mestra que justificava o imperialismo europeu sobre o continente africano.

 O homem americanos era objeto privilegiado na tabela de desenvolvimento humano, reduzindo a humanidade numa espécie únicamente evolutiva e adepta do “perfectibilidade” cultural.

 O conceito de “ perfectivismo cultural” está no envoltório da teoria do iluminista de Rousseau, que representava a chave mestra, da liberdade de resistir aos ditames da natureza. Faculdade quase limitada a pequenos grupos, e contrapartida apontava para a protuberância dos males daqueles que não se enquadrarão no mundo natural, codificado como os de perfectibilidade humana única. Já os grupos, denominados de degenerados, não beneficiados dessa perspectiva de civilização desenvolvida única, provinha da natureza da diferença.

**3- Aspectos antropológicos e históricos**

 Por volta do final do século XIX, o Brasil era visto como um lugar exótico, de várias cores e faces, um lugar de extrema miscigenação racial, de uma “sociedade de raças cruzadas”, isto, na opinião de vários intelectuais nacionais, que abordaram e especificaram o “espetáculo brasileiro da miscigenação”.

 Discutindo os conceitos: “degeneração, diferença, desigualdade, civilização e primitivo”, visto no livro espetáculos das raças, as análise análise antropológicas, históricas, psicológicas, frenológicas, e políticas giravam em volto do racismo científico. “*A partir de um século, o país será limpo da escuridão, tornará branca, e livre da loucura”* ***Schwarcz, Moritz Lilia.*** O branqueamento era visto como uma solução para os problemas da população brasileira a partir da promulgação da lei áurea e da primeira República.

 As teorias raciais chegaram tardiamente no Brasil, ao passo que, na Europa tais pensamento começaram a ser questionados. Porém no Brasil o evolucionismo científico alcançava as elites nacionais, servindo como justificativa para o domínio sobre os negros e indígenas, logo após a confirmação da lei do ventre livre em 1871, e depois da lei áurea de 1888, justificando também o afastamento deste grupo.

 Criava e fortalecia a hierarquia dos portadores da boa raça, da elite de dilemas “politicantes”, que degradavam seus ex-braços e escravos de ganho, vendedores de rua, trabalhadores de minas e de cafezal. Estes chamados de degradados pela elite intelectual brasileira, paulatinamente perderam seu lugar para os imigrantes italianos.

A elite elaborava os códigos de conduta nacional da população, daí a importância da Faculdade de Direito do Recife, que predominava o pensamento social- darwinista de Haeckel e Spencer.

*“ A partir de então o que estava em jogo era ao apenas a construção de um novo regime político, como conservação de uma hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana” (* ***Schwarcz, Lilia Moritz. 1993.pag 36.*** *)*

 Em 1893, os modelos teóricos foram a bebida favorita dos intelectuais nacionais *“ A ciência penetrou primeiro como “ moda” e só muito tempo depois como prática e produção”****Schwarcz,Lilia Moritz pg 41****.* O próprio D. Pedro II, ficou conhecido como assíduo freqüentador de exposições, expedições de cunho científico nacional. Na lógica, a adesão do imperador nos moldes científicos, motivou a interação de culturas de outros países. logo é chique e Cortez usufruir de tal hábito, garantindo o Status- quo e a proximidade com os europeus.

**4- O monogenismo e poligenismo**

 Os modelos Monogenistas e Poligenistas foram construídos em meados do século XIX, baseado no modelo iluminista: igualdade, fraternidade da humanidade. Concomitantemente estes modelos com o tempo passaram a ser questionado e estudados de maneira mais abrangente, sob a ótica do imaginário social: o pensamento de um suposto “ menino lobo” perdido na floresta do vasto Oriente.

 Na ideologia monogenista, dominante até meados do século XIX, que paralelamente com a Bíblia acreditava numa humanidade geneticamente una, herdeira de Adão e Eva, somando a isto, a noção de virtude sobre a gênese, pois, a origem uniforme garantia um desenvolvimento mais ou menos retardado, e semelhante.

 Em meados do século XIX, surgiu o pensamento poligênico, que era delineado pelos aspectos biológicos, contestador da doutrina dogmática monogênica da igreja, principalmente no que tange à abordagem de que a humanidade surgirá de diversas origens raciais e não apenas de um processo civilizatório uno. Este viés de pensamento foi beneficiado pelo nascimento simultâneo da frenologia e da antropologia, áreas que se aprofundaram no estudo da capacidade cerebral de diversos povos. A partir daí surgiu o estudo da chamada craniologia técnica e da antropologia criminal.

*“ Os estudos sobre a loucura, um dos primeiros domínios de aplicação da frenologia, tinham nesse modelo cientifico a base para novas concepções e para a justificação de seus métodos de tratamento “moral” sobre o individuo e para o estabelecimento de conclusões que traçavam as ligações entre a loucura individual e a degeneração de cunho racional”* ***Schwarcz, Lilia Moritz.. 1993. pag******65.***

 Na análise do volume do crânio humano, procurava-se localizar os indícios de inferioridade, para poder condenar a hibridização humana.

 Segundo Lilia Mortz, a perfectibilidade, a idéia de bom selvagem, e o voluntarismo, passou a ser questionada.

(Schwarcz, Lilia Moritz. **1993**. pag 68.)

 Com a publicação de: as origens das espécies de Charles Darwin, o embate entre os monogenistas e poligenistas amenizou-se, porque, com isso continuava a obliterar e hierarquizar as raças, confirmando a presença de ancestrais comuns na pré- história. Continuava-se a escamotear os povos, construindo a partir da publicação de origem das espécie, a adesão de novos conceitos como: “ seleção natural, competição, evolução, hereditariedade,”, o que denota o conceito de “degeneração das raças” pelos poligenistas, visanda no verossímil entrelaçamento entre diversas raças.

“ Para os poligenistas, seleção natural implicava pensar na degeneração social, assim como as leis da natureza chegavam aos homens de forma determinista e premonitória, sobretudo quando se tratava de pensar no impacto que a questão da raça teria sobre diferentes experiências nacionais.” ( **Schwarcz, Lilia Moritz.. 1993. Pag 75)**

 Concomitantemente pensava-se além da “degeneração racial”, com a esdrúxula noção da perda única de genética, para aparecimento de um grupo miscigenado. E a partir daí, proibia e discursava politicamente o fim do casamento inter-raciais, pois, desequilibrava as raças.

 É importante destacar que o acréscimo do debate dos conceitos de “desigualdade e diferença”, onde a noção de “desigualdade” continuamente bebia da concepção humanista de unidade humana indivisível, onde as diversidades culturais entre os homens eram vistas como transitórias e irremediáveis. Já para o conceito de “diferenças” o posicionamento teórico era de que, existiram diversas espécies humanas ontológicas, e que ambas não pertenciam a mesma arvores de desenvolvimento. As diferenças estão portanto, na visão do pensamento científico, que pre-definidas e irredutíveis sobre as “raças humanas”.

 Ao citar Renan, Lilia afirma que: a noção de raça não perfectista, apoiava argumentos poligenistas, tenso cunho crítico humanista radical.

**5- O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco.**

 O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco foi inaugurado em Janeiro de 1862, fundando o instituto archeologico e geographico Pernambucano, composta por uma elite rural tradicional decadente.

 A antropologia recebia um tratamento especial, onde, buscava-se determinar a existência de uma raça Pernambucana. Partes dos artigos teorizaram sobre as diferenças entre os homens, exaltando a superioridade branca, e obliterando a população negra e indígena, enaltecendo também os monogenista.

**6- Faculdade de Direito do Recife**

 Anteriormente a Faculdade de Direito do Recife, fora inaugurada na sua antiga sede em Olinda no ano de 1828, no Mosteiro de São Bento, porém, o curso não atendeu ao anseio aristocrático, devido a falta de compromisso dos professores. A estrutura do curso era idêntica a da escola de Coimbra, principalmente em seus hábitos como: usos de chapéus altos, fraque e sobrecasaca preta. Era influenciada pela igreja, já que a maiorias dos docentes eram padres, estes também mal remunerados, motivos que poder-se-ia explicar a ausência de suas aulas no mosteiro.

 O mosteiro de São Bento permaneceu como sede da faculdade de direito por 22 anos, e só foi abandonada por conta de um incêndio na localidade. A mudança de sede para Recife ocorreu em 1854, mudando também sua postura intelectual, já que, em Olinda esses não se engajaram sobre os problemas sociais, diferente da nova sede em Recife. Visto que, diminuiu o número de reprovação,ao passo que, também foi atribuido um sistema de castigos ao alunos.

 Na reforma de 1879, estabeleceu-se o ensino livre, dividindo o curso em ciências sociais e ciência do direito, e a partir disso, foi encorporado com mais profundidade o estudo criminal , a frenologia, construindo “ uma nova concepção de direito: Uma noção *“ scientifica”, em que a disciplina surge aliada à biologia evolutiva, à ciência naturais e a uma antropologia física e determinista.” Lilia.* ***Schwarcz.Pag 196****.*

 **7- Conclusão**

 As teorias que foram alimentadas pelas elites brasileiras, buscaram moldar dentro das instituições, regras para poder controlar os ex- escravos, indígenas, o chamados por eles de “ degenerados”. Com este artigo, notou-se o quão profundo foi a adesão do “perfectismo cultural” no final do século XIX, precisamente em meados de 1870, em instituições como: o Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, a Faculdade de Direito do Recife, como muitas outras que obliteraram o hibridismo cultural no Brasil.

 A partir do livro: O espetáculo das raças, foi vista e as contradições dentro do pensamento dos intelectuais do século XIX, principalmente no que tange o monogenismo e poligenismo, nos debates sobre os conceitos de “degeneração, raça, diferenças, seleção natural”. Como também, a partir do artigo de André Luiz, aprofundou-se na análise do estudo psicológico da teoria da eugenia de Galton, muito bem utilizada nos estudos criminais da Faculdade de Direito do Recife.

 E para os aspectos históricos, foi ressaltada a questão do próprio pensamento do mito camítico, da justificativa do imperialismo Europeu, assim como a importância histórica da adesão de D. Pedro II ao apelo científico, visto que, o processo imperialista e colonialista na África se desenvolveu a partir do absorção de hábito europeus pelo reis africanos.

 Não esquecendo do debate iluminista, da razão e nação. O ímpeto do cientificismo chega no Brasil em um período após a lei do ventre livre, da lei Eusébio de Queiroz, da lei áurea. Já se pensa nos por quês da revolta da vacina? O cientificismo também tem um viés de controle e limpeza dos degenerados.

8- **Bibliografias**

Masiero, André Luis. **A psicologia racial no Brasil**: **1918- 1922**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000200006>>

Acessado em : 26/12/2016

Oliveira, Lidiany Cristina. **As teorias raciais e o negro no pós-abolição às primeiras décadas do século XX.** 2005. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=21313](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=21313)> Acessado em: 26/12/2016

Schwarcz, Lilia Moritz. **O** **espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930.** 11ª reimpressão. SP. Editora: Companhia das letras.1993. paginas:373.

1. \* Estudante do 6ª período do curso de Historia da UFPE. [↑](#footnote-ref-1)